



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. V (2004)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Gavin Menzies, 1421 – O ano em que a China descobriu o mundo, tradução de Maria Eduarda Colares, revisão técnica de Paulo Jorge de Sousa Pinto, colecção Temas de Hoje. Reflexão – 1. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004, 446 pp. ISBN 972-20-2471-X [recensão]

Francisco Roque de Oliveira 

Como Citar | How to Cite

Oliveira, Francisco Roque de. 2004. «Gavin Menzies, 1421 – O ano em que a China descobriu o mundo, tradução de Maria Eduarda Colares, revisão técnica de Paulo Jorge de Sousa Pinto, colecção Temas de Hoje. Reflexão – 1. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004, 446 pp. ISBN 972-20-2471-X [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* V: 542-550. <https://doi.org/10.57759/aham2004.37797>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2004. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2004. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

porque já não lhe atribuíam importância de maior (se a madeira contasse tanto para os holandeses como contavam o cravo das Molucas e a noz-moscada de Banda, de certeza que se teria assistido a uma escalada do conflito em Timor comparável àquele a que se assistiu naqueles dois arquipélagos, onde, como é sabido, a V.O.C não poupou esforços para monopolizar o comércio das especiarias). Quanto aos portugueses, Roever mostra como, sediados em Larantuka após a sua expulsão de Solor, lograram, a prazo, construir para si uma posição dentro do próprio Timor, de acesso tão difícil. Isto já era sabido entre nós, mas não o era a maneira como tinham conseguido monopolizar por completo o comércio do sândalo depois de 1659, passando a fornecer a própria V.O.C..

Discípulo de Leonard Blussé, Roever é, como ele, um historiador com talento narrativo. Uma das principais qualidades do seu livro é sem dúvida a maneira como junta a competência académica típica da escola de Leiden [2] com a legibilidade a que nem todos os historiadores, infelizmente, cuidam sempre de aspirar. Permitimo-nos, no entanto, dois reparos. O primeiro é o tratamento cursório das últimas quatro décadas do século XVII, resumidas numa breve doze páginas. É verdade que parece ter sido uma época muito estável do ponto de vista da V.O.C., mas de certeza que haveria mais a dizer sobre o período. O segundo é o conhecimento deficiente da historiografia da presença portuguesa na Ásia. Este é de lastimar porque a posição portuguesa na região de Timor é um típico caso do que Luís Filipe Thomaz designou como «colónias espontâneas», núcleos populacionais estabelecidos de moto próprio por portugueses à margem das iniciativas oficiais da Coroa (no caso de Solor e Timor, uma mescla de missionários e mercadores) e posteriormente integrados, pelo menos formalmente, no Estado da Índia. Em muitos casos, porém, o poder do Estado sobre tais colónias foi sempre muito débil, para não dizer por vezes fictício, exactamente como em Timor no tempo de Hornay e mesmo antes (note-se que Hornay não foi o primeiro a expulsar capitães enviados por Goa; os missionários dominicanos já o tinham feito antes; aliás, ao princípio eram até eles quem escolhia os capitães do forte de Solor). Nomear alguém como Hornay para capitão-mor de Timor, e não um funcionário do estado propriamente dito, não era uma medida completamente excepcional: aconteceu outras vezes Goa resignar-se a nomear notáveis locais para capitães deste tipo de comunidades, reconhecendo-os assim tacitamente como os detectores [3] do poder efectivo nas regiões em questão. Pedia-se que Roever, ao tratar da comunidade larantuqueira, se mostrasse mais informado sobre este contexto histórico, com o que o seu livro só teria a ganhar. cremos, contudo, que tais lacunas não obscurecem as evidentes qualidades do seu estudo. Esperamos por isso que, como está anunciado, ele seja traduzido em breve para inglês, para que um público mais alargado o possa ler.

ANDRÉ MURTEIRA

Mestrado de História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa;
investigador do Centro de História de Além-Mar da FCSH-UNL.

GAVIN MENZIES, *1421 – O ano em que a China descobriu o mundo*, tradução de Maria Eduarda Colares, revisão técnica de Paulo Jorge de Sousa Pinto, colecção Temas de Hoje. Reflexão – 1, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004, 446 pp.
ISBN 972-20-2471-X

Gavin Menzies, oficial da Royal Navy na reserva, tomou como ponto de partida para este livro um conjunto de factos históricos há muito conhecidos. A sua referência principal é a figura do almirante Zheng He (1371-c. 1435), o célebre navegador chinês de origem

muçulmana que, entre 1405 e 1421, foi encarregado pelo imperador Yongle (r. 1403-1424) de conduzir seis grandes expedições oficiais aos mares da Ásia do Sueste, a Ceilão, à Índia, ao Golfo Pérsico, ao Mar Vermelho e à costa oriental de África compreendida entre, pelo menos, a actual Somália e Melinde. Com estas directrizes, Yongle dava seguimento à política do primeiro imperador Ming, Hongwu (r. 1368-1398), que lançara vastas ofensivas diplomáticas visando reforçar o prestígio e a autoridade da nova dinastia e das quais resultou a recepção de embaixadas provenientes de países e regiões estrangeiras como a Coreia, o Japão, o Champá, o Vietname, o Cambodja, o Sião, a Península Malaia, o Coromande ou o Bornéu. Com Yongle, os emissários da Corte completam os recentes avanços militares da China na Manchúria, na região do Amur, na Sibéria marítima e no Anname, viajando até à Coreia, ao Japão, ao Sião, a Java, ao Tibete, à Índia, ao Nepal e à Corte de Tamerlão, na Transoxiana. As armadas de Zheng He integram-se neste esforço, fazendo vassallos numerosos reis e régulos do chamado *Xiyang* (Oceano Ocidental), conceito definido no tempo em que a dinastia Song do Sul (1127-1279) dera um impulso decisivo às comunicações marítimas e ao comércio em direcção aos mundos indiano e muçulmano, mas que, quase 300 anos depois, ganhara um âmbito geográfico mais amplo já que abrangia a área compreendida entre os limites setentrionais e ocidentais do Índico visitados por Zheng He e uma raia instável que ora se traça a oeste de Java e Palembang, ora a oeste de Xiamen e Brunei. Constitui também um facto incontroverso que este movimento de longa duração – marcado por uma abertura sem precedentes ao exterior e ao mar que atravessa as dinastias Song e Yuan e que acaba por transformar a China das primeiras décadas da era Ming na mais importante potência marítima da Ásia – é interrompido depois da morte de Yongle: em 1433, é assinado o primeiro de uma série de éditos que decretam o fim oficial das expedições marítimas; por volta de 1479, o vice-presidente do Ministério da Guerra submete à Corte uma proposta para a destruição dos registos dessas expedições com o argumento de que constituíam um mau exemplo de dispêndio de recursos; e, ao mesmo tempo que começam a rarear as embaixadas tributárias recebidas em Pequim, o influente confucionismo dos letrados-funcionários vai ganhando a sua campanha contra a participação estatal no comércio externo e consegue conduzir o Império a um novo longo período de ensimesmamento. Quanto ao almirante Zheng He, sabe-se que em 1431 ainda foi autorizado a partir para uma sétima viagem, que se prolongou por três anos e no curso da qual revisitou boa parte das rotas que antes percorrera. Veio a morrer em Nanquim, cuja guarnição militar comandava.

Tendo por pano fundo este contexto histórico, Menzies formula uma tese que pode ser resumida em duas ideias principais. Por um lado, defende que as várias flotilhas que partiram em 1421 comandadas por Zheng He e por outros quatro almirantes chineses (Yang Qing, Zhou Man, Hong Bao e Zhou Wen) cruzaram todos os oceanos e concluíram a circum-navegação do globo. Assim, uma primeira expedição teria dobrado o cabo da Boa Esperança, reconhecido a América do Sul e o estreito de Magalhães, descido até à Antártida e seguido para oriente até à Austrália. Uma segunda expedição teria percorrido as costas americanas do norte ao sul, fundado colónias na América Central, cruzado o Pacífico por duas vezes e reconhecido os litorais da Austrália e da Nova Zelândia. Uma terceira expedição teria atravessado o Atlântico, o Mar das Caraíbas, fundado uma colónia em Rhode Island, contornado a Gronelândia pelo norte e regressado à China através do Oceano Glacial Ártico e do estreito de Bering. Enfim, uma quarta expedição navegara pelo Oceano Índico, onde os seus tripulantes teriam solucionado o problema do cálculo das longitudes através de um método que envolveria a observação do eclipse lunar. Vale dizer que o que se sabe de ciência certa sobre esta expedição de 1421 (a 1422) é que a armada original se separou em Semudera, na ilha de Samatra: enquanto Zheng He parece ter regressado à China com um pequeno contingente de navios logo em finais de 1421, o grosso da frota rumou à costa oriental africana e ao Golfo Pérsico sob comando do eunuco Zhou Man.

Por outro lado, Menzies pretende que os grandes navegadores europeus dos séculos XV a XVIII – caso de Cristóvão Colombo, de Vasco da Gama, de Fernão de Magalhães ou de James Cook, por exemplo – partiram para as suas viagens através do Atlântico ou do Pacífico sabendo de antemão o que iam encontrar uma vez que estariam munidos de cópias de mapas chineses ou de mapas que incorporavam os alegados conhecimentos cartográficos chineses resultantes das navegações patrocinadas por Yongle. Mais: identifica o veneziano Niccolò de' Conti como a personagem que assegurara a transferência para a Europa de todo esse incomensurável saber oriental. Se alguém se propusesse demolir os alicerces da história dos descobrimentos ou questionar de alto a baixo o legado europeu, convenhamos que dificilmente poderia conceber proposta mais drástica do que esta: um Colombo não só precedido em cerca de 70 anos, como afinal sabendo muito bem em que continente tropeçara; os feitos de Bartolomeu Dias, Gama e Magalhães descritos como réplicas tardias das experiências dos almirantes Ming; Cook explorando a Austrália e a Nova Zelândia cerca de 350 anos depois de os chineses as terem cartografado; a primeira exploração da Antártida antecipada em 400 anos e John Harrison a perder por três séculos a hipótese de ter sido o primeiro a solucionar o problema da longitude.

Para sustentar estas «revelações simultaneamente surpreendentes e assustadoras» (p. 18), Menzies descarta a hipótese de se poder apoiar extensivamente em documentos e fontes chinesas, pois considera que os originais se perderam para sempre depois de os sucessores imediatos de Yongle se terem aplicado na destruição dos registos históricos das viagens de Zheng He. Em alternativa, serve-se de um diversificadíssimo conjunto de alegadas evidências empíricas, de vestígios de porcelana a pedras esculpidas, das características linguísticas de certos povos a elementos sobre migração de fauna e flora, de despojos de naufrágios a análises de ADN. Consulta também alguns relatos de viajantes europeus (entre eles o citado Conti) e um par de historiadores chineses. Porém, grande parte das suas conclusões deriva de uma abordagem, em regra bem peculiar, de alguns dos mais famosos espécimes da cartografia antiga ocidental. As palavras são suas: «A notável informação contida nestes mapas está – e sempre esteve – aos olhos de todos, mas enganou muitos eminentes historiadores da China, não por falta de empenho da sua parte, mas apenas por falta de conhecimentos de navegação astronómica e dos oceanos do mundo. Se eu encontrei alguma informação que lhes escapou, foi apenas porque eu sabia interpretar aqueles extraordinários mapas e cartas que revelam o percurso e a extensão das viagens que as grandes frotas chinesas fizeram entre 1421 e 1423» (p. 22). Vejamos algumas consequências desta *sui generis* demonstração de amor próprio.

O primeiro mapa evocado pelo autor é a carta náutica atribuída ao veneziano Zuane Pizzigano, que se julga datada de 1424. Representa o Atlântico Norte, com as costas da Irlanda, do sudoeste de Inglaterra, da França, de Maiorca e da África norte-ocidental, tendo os arquipélagos canário e madeirense ao largo. No centro do Mar Oceano estão representadas duas grandes ilhas rectangulares, *antilia* e a de *satanazes*, e duas mais pequenas, *saya* e *ymana*. Confrontado com estas quatro ilhas, Menzies convence-se (depois de ler o topónimo português *con/ymana* como «erupção vulcânica»...) de que Antília e Satanazes «só poderiam ser as ilhas Caraíbas de Guadalupe e Porto Rico» (p. 16). Torna-se-lhe então forçoso identificar os navegadores que as teriam cartografado com tanto rigor setenta anos antes da viagem de Colombo. Como não acredita que fossem portugueses (porque desconheciam tais plagas nessa data) ou venezianos (porque o seu poder marítimo já se encontraria demasiado decadente para empreender tamanha navegação), muito menos hipóteses encontra em quaisquer outros ocidentais, ou até nos egípcios. É assim que, por exclusão de partes, chega aos chineses – os únicos que poderiam ter descoberto «um método para determinar a longitude que permitisse desenhar mapas praticamente sem erros» como os daquelas misteriosas ilhas que aparecem no portulano de Pizzigano (pp. 17-18).

Sobre isto, apenas duas breves observações. Em primeiro lugar, ao contrário do sugerido por Menzies, assim como a historiografia actual não postula datas absolutas para a

generalidade dos descobrimentos das ilhas do Atlântico Norte por parte dos europeus, não ignora nem considera encerrado o capítulo das eventuais navegações até às Antilhas anteriores a 1492 e a sua hipotética representação nos portulanos do século xv. Por exemplo, é mais do que aceitável ponderar o alcance da viagem que é suposto os irmãos genoveses Vivaldi terem feito no Atlântico, em 1291; permanece em aberto a possibilidade da experiência da primeira navegação europeia até às Canárias ser anterior ao avistamento desse arquipélago por Lanzarotto Malocello, cerca de 1310; é relativamente pacífico pensar que a Madeira fosse conhecida do Ocidente pelo menos desde o século xiv, correspondendo a respectiva descoberta oficial por João Gonçalves Zarco, cerca de 1418-1419, ao início do povoamento do arquipélago; continua a ponderar-se a eventualidade de os Açores terem sido avistados muitas décadas antes da sua descoberta oficial por Diogo de Silves, em 1427; continuam a discutir-se os efeitos que o sistema de ventos e correntes na parte central do Atlântico Norte possa ter tido sobre eventuais viagens precursoras ao Novo Mundo semelhantes àquela que é atribuída por alguns ao piloto andaluz Alonso Sánchez de Huelva, em 1484 ou 1485. Simplesmente, a questão essencial é sempre a de saber qual o momento a partir do qual a revelação de uma nova geografia foi confirmada por navegações regulares na zona e transmitida em herança, quer dizer, quando é que ocorreu a repetição da experiência dos novos lugares, a sua exploração sistemática, e quando é que esta última foi incorporada num universo mental alargado. É por isso que faz todo o sentido destacar um feito como o de Colombo (mesmo que ele tenha morrido julgando que a Jamaica se encontrava a dez dias de caminho do rio Ganges). E é por isso que o feito de Colombo releva sobre outros que sabemos o precederam: os povos polinésios que, sem cartas, nem compasso, nem cronómetro, atravessaram o Pacífico em frágeis canoas abertas e atingiram a América depois de fazerem escala na ilha da Páscoa; ou os navegadores vikings que, como Leif Ericsson, por volta do ano 1000 reconheceram os litorais da Gronelândia e da Terra Nova, até à nebulosa posição de *Vinland*.

Em segundo lugar, Menzies ignora por completo que, a despeito do realismo e da precisão que genericamente as caracteriza, muitas das cartas-portulano desta época continuam a integrar representações simbólicas próprias do imaginário medieval. Este lapso é tanto mais espantoso quanto topónimos como Antilia ou Satanazes correspondem ao exemplo clássico desses resquícios de fantasia cujo sentido original reside na necessidade que então se sentia de representar ora um contraponto maléfico à ideia herdada de Paraíso Terreal, ora um lugar de bem-aventurança e de refúgio que teve nas Afortunadas dos Antigos ou na lenda da ilha de São Brandão dois dos paradigmas mais duradouros. Acresce que Antilia está associada ao episódio lendário da fuga de um arcebispo e de seis bispos cristãos por altura das invasões islâmicas da Península Ibérica, no início do século viii, o qual explicita que os fugitivos aportaram em Antilia ou na ilha das Sete Cidades. Menzies nota que há vários nomes de cidades inscritos em Antilia, mas a sua preocupação reduz-se de imediato a descobrir quem é que ali tinha chegado e «instalado uma colónia secreta sessenta e oito anos antes da chegada de Colombo» (p. 17). Na carta anónima veneziana representa-se também uma *Ixola de Ventura*, mas algum motivo deve ter havido para que o autor de 1421 não só não tenha reparado na posição impossível que esta segunda ocupa no centro do Oceano, à latitude da Bretanha, como no facto de a sua forma semicircular parecer decalcada da «rígida» cartografia de *sayo* (p. 16).

Gavin Menzies volta a evocar os seus especiais «dons para decifrar as provas fragmentadas proporcionadas pelos antigos mapas e cartas de navegação» (p. 75) nas páginas em que, com base no mapa-mundo de Fra Mauro, defende a tese de que a primeira circum-navegação de África – e a sua correspondente cartografia – foi obra das armadas chinesas que largaram em 1421 sob comando de Zheng He. Em síntese, o seu raciocínio assenta nas seguintes premissas: assume que a figura de navio desenhada no dito mapa diante do cabo da Boa Esperança representa um junco chinês por evidenciar «uma largura muito pouco habitual e proa quadrada, como uma lancha de desembarque, típico dos juncos de Zheng

He» (p. 84); a partir de uma leitura literal de uma legenda inscrita no mesmo mapa – e que alude a uma embarcação que passou e regressou ao extremo sul de África por volta de 1420 –, assume que os respectivos tripulantes fossem os ditos chineses (p. 84); jogando com as ideias de que Fra Mauro desenhou o seu mapa em 1459 e de que Bartolomeu Dias apenas podia ter disponibilizado informação sobre a geografia do cabo da Boa Esperança a partir de 1488, considera que a correcção com que o respectivo perfil aparece traçado neste célebre mapa-mundo veneziano apenas pode ter tido origem nos conhecimentos adquiridos durante a viagem que acabara de creditar aos súbditos do imperador Ming (pp. 84-85); finalmente, o facto de existirem provas que apontam para que Fra Mauro tenha colhido informações sobre a Índia junto de uma pessoa de confiança que havia viajado até essas paragens, leva-o a concluir que apenas o seu compatriota Conti lhe poderia ter trazido a «cópia de uma carta que mostrasse a forma exacta e a localização da ponta sul de África», cópia essa obtida «durante as suas viagens a bordo da armada chinesa» (p. 85). Para corroborar tudo isto, Menzies evoca ainda o desenho da costa oriental africana específico de dois outros mapas: por um lado, o mapa-mundo sino-coreano conhecido por *Kangnido*, putativo *missing link* entre os cartógrafos da suposta expedição chinesa de 1421 e a imagem de África na China contemporânea (pp. 88-89); por outro, o mapa-mundo que, segundo o *Tratado dos Descobrimentos* de Duarte Galvão (Lisboa, 1563), o infante D. Pedro adquirira em Veneza, em 1428, e que não só teria representado o cabo da Boa Esperança, como também o estreito de Magalhães (pp. 96-97).

Vejamos por partes mais este característico exemplo do método Menzies. Da mesma forma que um conhecido trecho do relato de Conti que refere certos imponentes navios que cruzavam a «Terceira Parte da Índia» pode estar associado às imponentes frotas Ming, não nos compete excluir que a figura do navio desenhado no mapa de Fra Mauro que é interpretada como sendo um junco chinês o pretendesse de facto representar. Afinal – e mesmo que Menzies se mostre surpreendido com isso –, Conti constitui uma conhecida fonte do mapa de Fra Mauro, síntese paradigmática da cultura geográfica dos finais da Idade Média, onde se tentam conciliar produtos cartográficos de origem tão diversa como os mapas-mundo medievais, a cartografia de Ptolomeu, mapas desenhados com base nas mais recentes navegações portuguesas Atlântico abaixo, os relatos de viagem de Marco Polo e do próprio Conti, além de elementos que dão todos os sinais de provir da cartografia islâmica. Poder-se-á dizer que Menzies prefere colher o testemunho de Conti sobre esses majestosos navios num texto paralelo que é a relação das viagens de Pero Tafur, sendo que Tafur os descreve no Mar Vermelho e não em Calecut, ao contrário do que o autor inglês dá a entender (p. 79). Mas não valerá a pena ir por aí. Bastará referir que, leitura literal por leitura literal, na problemática legenda do mapa de Fra Mauro citada por Menzies também se pode ler que as caravelas que o rei de Portugal mandou a descobrir tinham trazido novas cartas que permitiam confirmar, sem margem para dúvida, «que esta parte austral e do sudoeste é navegável, e que o mar Índico é oceano e não lago» (Luís de Albuquerque, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Alfa, 1986, pp. 93-94). Parece óbvio que, ainda que não se desse fé a estes últimos dizeres, a partir do momento em que se toma à letra parte da legenda onde eles vêm e se especula a partir do seu conteúdo, se deveria indicar que existe um outro trecho da mesmíssima legenda que, se tomado também à letra, contradiz essa especulação. Claro, já tínhamos pressentido este jeito para prescindir do que é incómodo para o bom andamento da «tese» aquando da leitura da carta chamada de Pizzigano.

Evocar a notícia de Duarte Galvão sobre o alegado mapa trazido de Veneza pelo infante D. Pedro e, acto contínuo, escrever que se está perante «a afirmação incontestável de que em 1428 o cabo da Boa Esperança e o estreito de Magalhães tinham sido registados e desenhados num mapa» (p. 96) diz um pouco mais sobre os critérios de Menzies. Desde logo, sabemos que esta notícia dada por Galvão não é corroborada por nenhum documento conhecido. Depois, mesmo aceitando que D. Pedro possa ter adquirido e

trazido para Portugal um qualquer mapa onde se assinalava que o Atlântico e o Índico comunicavam entre si, não há que buscar nenhum nauta chinês para explicar o fenómeno. É que também sabemos que a ideia da comunicação entre aqueles dois oceanos era muito mais antiga, conforme se pode confirmar olhando o mapa-mundo que Pietro Vesconti desenhou por volta de 1320 para ilustrar o *Liber secretorum fidelium crucis* do veneziano Marino Sanudo. Dizendo um pouco mais: mesmo que a redescoberta de Ptolomeu no início do século xv, com a sua ideia equívoca de que o Índico era um mar fechado a sul por uma imensa *Terra Incognita* que unia a África subequatorial ao extremo da Ásia, tenha aumentado as incertezas geográficas a respeito desta parte do mundo, a respectiva aceitação não só foi sempre contestada por muitos geógrafos do Ocidente, como não pode fazer esquecer que a tradição cosmográfica que considerava que um grande mar-oceano circundava a totalidade da ecúmena fora maioritária durante a Idade Média, tal como atestado por qualquer mapa-mundo de tipo isidoriano.

Sobre o *Kangnido*, que é a designação abreviada do *Honil kangni yoktae kuktu chi to* (Mapa das regiões e das capitais dos estados integradas ao longo do tempo), tão-só o seguinte. Trata-se de um amplo mapa-mundo coreano de 1402, que combina o conteúdo do *Shengjiao guangbei tu* (Mapa do vasto alcance dos ensinamentos [morais da China]), mapa-mundo produzido pelo cartógrafo chinês Li Zemin c. 1330, entretanto perdido, e do *Hunyi jiangli tu* (Mapa das regiões integradas [da China]), peça cartográfica dos finais do século xiv da autoria de Qing Jun. De modo muito conveniente, Menzies diz ter consultado uma versão do *Kangnido* «substancialmente modificada depois de 1420» (p. 88). Refer-se àquela que está à guarda da Biblioteca da Universidade de Ryukoku, em Kyoto, comumente considerada a mais antiga e que se sabe datada de c. 1470. Menzies não precisa este último detalhe, tal como não considera como hipótese de trabalho que a informação do *Kangnido* relativa a África possa provir de mapas islâmicos. Conhecendo-se o papel proeminente que a cartografia islâmica desempenhou na China durante a dinastia Yuan, conhecendo-se as áreas abrangidas pelos mapas a partir dos quais o *Kangnido* foi compilado, enfim, conhecendo-se as áreas cobertas por outros mapas contemporâneos do de Li Zemin, como o *Yutu* de Zhu Siben (Mapa terrestre, c. 1320), essa é a primeira pista que ocorre a quem se debruça sobre as partes não-chinesas deste mapa-mundo. Porém, em vez da esperada análise e confronto de provas, encontramos um axioma: para Menzies, apenas um navegador chinês teria estado em condições de, simultaneamente, reconhecer a costa ocidental africana e de a desenhar no *Kangnido* (p. 89). Mesmo admitindo que, por absurdo, Menzies tivesse razão, já agora uma pergunta inocente: por que será que, quando comparada com outras secções do *Kangnido*, a cartografia do território chinês e áreas imediatamente adjacentes é tão confusa e rudimentar? Dar-se-ia, por acaso, que os chineses só conseguiam ser bons cartógrafos quando trabalhavam longe da China?

Uma das partes mais desconcertantes deste livro será por certo aquela em que Menzies imagina as frotas chinesas a rumarem Atlântico acima à boleia dos ventos e das correntes e a acertar na ilha de Santo Antão com uma pontualidade perfeita em relação à cronologia da viagem descrita na citada legenda que Fra Mauro após à extremidade sul da África. Porque tem de encontrar uma prova indesmentível desse achamento, ei-lo nessa ilha a revolver a base de uma pedra gravada, onde identifica «dois pedaços de caligrafia» que descreve como «volutas como cornos de carneiro entrelaçados e vários círculos concêntricos» (p. 94). À falta de qualquer língua africana ou asiática que se lhe assemelhasse (incluindo «chinês medieval», que fora o seu primeiro palpite – p. 94), interroga por fax o Banco da Índia, de onde alguém lhe terá respondido por telefone que parecia malaiala (p. 94). Associação fulminante: malaiala – Quêrala; Quêrala – escala de Zheng He; escala de Zheng He – Conti; Conti – Fra Mauro (ainda p. 94). Para que não nos restem dúvidas, Menzies corre a embrenhar-se até ao limite navegável do rio Congo, a um lugar onde, «desde os portugueses em 1485 até aos chineses hoje em dia», todos tinham feito aguada (p. 95). Aí, na base de outra pedra providencial, acha vestígios da mesma «cali-

grafia» indecifrável e reconforta a sua certeza «de que os chineses tinham aqui chegado na sua viagem ao longo da costa de África» (p. 95). Esmagados pela revelação de uma nova língua chamada «chinês medieval», pela ciência dos linguistas indianos consultados sobre inscrições que não são reproduzidas ou transcritas no livro, pela segurança com que o autor nos descreve esse Congo recôndito «onde nos tempos passados os pescadores se teriam sentado, imóveis, enquanto as prostitutas rondavam as margens esperando a chegada das tripulações dos barcos estrangeiros que subiam a corrente para recolherem água e provisões» (p. 95), nem nos apercebemos de que, três páginas à frente, já a armada chinesa de 1421 está à vista das Caraíbas. E não só disso: também de que o mapa de Piri Re'is constitui mais uma «prova conclusiva» de que, uma vez chegadas aí, duas das frotas que a comporiam foram impulsionadas pelas correntes em direcção à América do Sul (p. 98).

Será útil lembrar que o mapa dito de Piri Re'is corresponde ao fragmento de um mapa-mundo hoje perdido e representa o Atlântico, com os litorais orientais de grande parte da América, a Bretanha, a Península Ibérica e o litoral ocidental de África compreendido entre o estreito de Gibraltar e a altura das Costas do Marfim. Foi composto em 1513 pelo cartógrafo turco homónimo a partir de um conjunto de fontes de diferente proveniência, fontes estas que o próprio identifica em algumas das notas escritas em turco inseridas no pedaço de pergaminho sobrevivente: cartas árabes e portuguesas, assim como um mapa «a região do Oeste» que teria pertencido a Cristóvão Colombo. Uma dessas legendas esclarece que este último mapa fora capturado por volta de 1501 pelo almirante Kemal Re'is, tio do cartógrafo, quando tomara de assalto no Mediterrâneo um navio onde seguia um escravo espanhol que reclamara haver acompanhado Colombo em três das suas viagens às Índias Ocidentais.

Qualquer manual sobre cartografia antiga razoavelmente completo faculta os elementos básicos sobre o mapa de Piri Re'is que acabamos de conferir. Agora o que não oferecerá com certeza é a multidão de coisas singulares que Menzies consegue observar na secção deste mesmo fragmento relativa à América do Sul. Cinco pontos emblemáticos do seu raciocínio: (1) Menzies declara que a secção em causa apenas pode ter tido origem no perdido mapa-mundo que o infante D. Pedro adquirira em Veneza em 1428 – e, logo, nos levantamentos dos cartógrafos chineses em que este supostamente se basearia – porque Colombo jamais navegara para Sul do equador e estava provado que fora no resgatado mapa de Colombo que Piri Re'is se apoiara para representar toda essa área (pp. 97-98 e 305); (2) que o facto de a toponímia das costas sul-americanas do mapa de Piri Re'is ser essencialmente portuguesa não constitui prova de que tivessem sido os portugueses a descobri-las, já que eles jamais poderiam ter feito as primeiras navegações até todas essas paragens (p. 202); (3) que as frotas chinesas que desciam da latitude das Antilhas em direcção ao extremo sul da América no venerável ano de 1421 deviam ter realizado um desembarque perto do delta do rio Orinoco, «porque o mapa de Piri Reis mostra que estudaram esta pequena parte da costa com grande zelo» (p. 100); (4) que o cartógrafo turco desenhara «com grande rigor» todo o litoral compreendido entre o Cabo Branco e a entrada do estreito de Magalhães, assim como representara gelos flutuantes ao longo das costas sul da Terra do Fogo e mais gelos flutuantes entre a ponta da América do Sul e a Antárctida (pp. 100, 102, 122-123 e 251); (5) que as ilhas representadas no fundo do mapa correspondem às Shetland do Sul, constituindo a prova acabada de que o cartógrafo original viajara a bordo dos navios chineses «que tinham descoberto o continente Antártico séculos antes da chegada dos primeiros europeus» (p. 106).

Depois do que sabemos sobre as fontes que o próprio Piri Re'is reconheceu ter utilizado quando construiu o seu mapa, como é possível continuar a insistir de forma tão obstinada na ideia de que a cartografia da América do Sul desse mapa só pode provir de levantamentos chineses? E como é possível sustentá-lo escamoteando aquilo que décadas de estudos sobre o mapa de Piri Re'is são unânimes em concluir: que no momento em que

este mapa foi desenhado já navegadores como Pedro Álvares Cabral, Gonçalo Coelho, Amerigo Vespucci, João Dias de Solis, Vicente Yáñez Pinzón, Diego de Lepe ou Alonso Vélez de Mendoza tinham operado viagens de reconhecimento desses litorais, cujos resultados seriam certamente assinalados em algumas das cartas consultadas (e citadas) por Piri? E se a toponímia portuguesa nada prova sobre a génese do mapa de Piri Re'is, por que será que quase se obtém o «filme» da construção dos litorais que surgem consolidados neste mapa alinhando para tanto uma série de mapas portugueses, ou comprovadamente baseados em cartas portuguesas, todos eles concluídos pouco antes, do Cantino (1502) ao Caveri (c. 1505), do Kunstmann II (c.1502-1504) ao King-Hamy-Huntington (c. 1502-1504), do Vesconte de Maggiolo (1504) ao Ruysch (1507), do Kunstmann III (c. 1506) ao Waldseemüller (1507), do Oliveriani/Pesaro (c. 1508-1510) ao Egerton-2803 (c. 1508-1510)? Se só os hipotéticos levantamentos chineses do início do século xv tinham sido incorporados no desenho que servira de guia ao mapa de Piri Re'is, que significado atribuir ao facto de a maioria dos topónimos dados pelo cartógrafo turco serem idênticos àqueles que ainda hoje são utilizados? – por exemplo, Kav de Santa Agostini (Cabo S. Agostinho), San Megali (S. Miguel), San Francesko (Rio S. Francisco), Port dali (Porto Real), Totel Sante (Baía de Todos os Santos), Abroklok (Abrolhos), Kav Fryo (Cabo Frio), Sano Saneyro (Rio de Janeiro) e Katenio (Cananeia). Os chineses fizeram (outra) aguada no delta do Orinoco? Mas a que trecho do mapa se referirá Menzies quando nos diz (e só nos diz isso) que a respectiva latitude está «perfeitamente correcta» (p. 305)? Quem quer que siga de Norte para Sul os litorais sul-americanos traçados por Piri encontrará a desembocadura de seis grandes rios, mas não existe consenso quanto à interpretação dessa sequência, sendo que aquela que pretende que eles sejam o Atrato, o Madalena, o Orinoco, o Amazonas, o Parnaíba e o Prata é apenas a mais frequente. As razões para tais dúvidas são compreensíveis: por um lado, é inconcebível depreender a identificação dos traçados dos mapas antigos a partir da simples sobreposição dos mapas modernos, como se percebe que Menzies gosta de fazer; por outro, os diversos mapas manuscritos contemporâneos do de Piri que conhecemos – e em cuja análise se deverá sempre começar por buscar a resposta para este tipo de dúvidas – não permitem conclusões taxativas sobre este assunto.

A eventualidade de o mapa de Piri Re'is representar o delta do Prata sob a forma de três rios que se unem a montante, assim como parte da continuação da terra austral, constitui um assunto por demais abordado pelos estudiosos da cartografia antiga, mas em relação ao qual também não existe acordo, seja porque subsistem demasiadas interrogações quanto ao alcance da navegação que Vespucci reclama haver feito em 1501-1502, seja por escassez de provas conclusivas a respeito do eventual reconhecimento do litoral da Patagónia por outras expedições antes de 1513. Agora o que é de todo inviável é voltar a sobrepor mapas modernos ao desenho de Piri e resguardar-se nessa habilidade para assumir que o mapa de 1513 representa as costas patagónicas na íntegra. Mas Menzies vai mais longe quando, para reforçar a sua ideia, inventa a existência de vestígios de gelo nos limites meridionais das terras americanas. É que não só não há sombra de tal fenómeno no mapa, como o cartógrafo foi tão profissional que assinalou com signos convencionais todos os acidentes que importava saber: pontos negros para os afloramentos rochosos; pontos vermelhos para os baixios ou os bancos de areia; pequenas cruces para as rochas que os marinheiros não conseguiam descortinar a olho nu. E assinalou outra coisa a propósito do suposto continente do sul: uma legenda que esclarece tratar-se de uma terra muito quente, desolada e em ruínas, lugar onde viveriam grandes serpentes. Terras tórridas a sul dos gelos no hemisfério Sul? Menzies terá tido as suas razões para ignorar tal legenda.

Se possível, o maior vício da leitura que Menzies oferece sobre o mapa de Piri Re'is consiste em dizer que o imenso continente que se estende para leste do extremo sul da América, encerrando todo o Atlântico representado, corresponde à Antárctida. Quem quer que esteja minimamente familiarizado com a cartografia da época sabe que, por detrás

desse desenho de uma imaginária terra austral, está tão-só a mesma concepção ptolomaica sobre a distribuição das terras e dos mares que suscitou a vista ideia do Índico fechado. Vários mapas coevos evidenciam a persistência desta velha ideia grega em moldes idênticos ou próximos aos seguidos por Piri, caso dos planisférios de Lopo Homem de 1519, de Juan Vespucci de 1524 ou do dito de Contarini-Rosselli de 1506. De novo, Menzies faz tábua rasa destes dados adquiridos e insiste nas suas revelações surreais. E que outro adjectivo empregar senão esse quando se lê o que nos escreve sobre algumas das criaturas fantásticas com que Piri ilustra certos sítios da América do Sul? Baste o exemplo do cinocéfalo, um dos mais conhecidos híbridos de humano e animal que povoam os bestiários e mapas medievais, tal como as obras enciclopédicas árabes do mesmo período. O cartógrafo turco não se esqueceu de o incluir, como se depreende olhando aquela inconfundível cabeça de cão que assenta sobre um tronco de gente. Quando chega a vez de o analisar, Menzies consegue duas proezas simultâneas: ignorar qualquer referência às tradições literárias subjacentes e associa-lhe a legenda que Piri dedicara à imagem de um acéfalo, legenda essa que descreve tais seres sem cabeça e com cara no peito como bestas selvagens que atingiam um comprimento de sete palmos (p. 104). Agora que tinha criado o seu monstro, Menzies não descansa enquanto não o identifica com um bicho real. A vítima será o *mylodon*, até porque o autor logo afirma estar «completamente convencido de que também devem ter sido levados para bordo dos juncos chineses alguns milodontes, dois dos quais chegaram à China» (p. 106). Que os paleontólogos dos quatro cantos do planeta estejam de acordo quanto ao facto de o *mylodon* ter desaparecido da superfície da terra no final do Período Pleistoceno, há uns dez mil anos, é apenas mais um pormenor que nem vem ao caso. De qualquer modo, se era para ler histórias do *mylodon*, continuamos a preferir aquela sobre o que estava na sala de jantar da avó de Bruce Chatwin, que sempre escrevia um pouco melhor e tinha a clareza de assinar como ficcionista.

Prosseguir no rasto das armadas chinesas saídas da imaginação delirante de Menzies e desmontar, um por um, os seus alardeados «dons de decifração» seria um exercício ao mesmo tempo interminável, penoso e redundante. Não constitui pecado nenhum formular uma hipótese e acabar rendido à evidência de que essa hipótese não funciona. É essa a regra de toda a ciência, que sabe que qualquer pequeno avanço no conhecimento por norma só acontece depois de ter deixado pelo caminho toda uma série de suposições prévias que as evidências ou a falta de provas acabaram por inviabilizar. Só que já se percebeu que o autor de *1421* não joga nem está interessado em jogar com as regras de qualquer investigação historiográfica séria. A sua especialidade é outra: definir *a priori* uma ideia e, em seguida, seleccionar dos documentos disponíveis aquilo e apenas aquilo que sirva para a sustentar. A tudo deita mão: ignora o contexto em que os documentos foram produzidos, lê literalmente textos e figuras que possuem um declarado significado simbólico, cruza testemunhos inconciliáveis, inclusive fabrica pormenores que não constam em parte alguma de modo a reforçar o impacto dos seus argumentos. A efabulação é tão evidente que é impossível não reparar que o principal objectivo deste livro é engendrar a polémica que o mantenha no centro dos holofotes. Só é pena que o pretexto tenha sido um dos períodos mais notáveis da história da China, cuja brilhante civilização dispensa de bom grado o arremedo de pesquisa que Menzies nos quer vender.

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

CHAM, Universidade Nova de Lisboa

Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia